

A CRISE MODERNA DA ANTROPOLOGIA *)

CLAUDE LÉVI-STRAUSS

Professor do Collège de France, Paris

No pensamento contemporâneo, a antropologia ocupa um lugar de importância aparentemente paradoxal. É uma ciência muito em moda, como o atestam não somente a voga de filmes e de narrativas de viagem, como também o interesse do público culto pelas obras de etnologia. Pelos fins do século dezenove era sobretudo aos biólogos que se pedia uma filosofia do homem e do mundo; a seguir, era aos sociólogos, aos historiadores e mesmo aos filósofos.

Mas desde alguns anos vem cabendo à antropologia desempenhar esse papel, e hoje é dela também que se esperam as grandes sínteses e, ao mesmo tempo, razões de vida e de esperança.

O movimento parece ter tido a sua origem nos Estados Unidos. País jovem, empenhado em criar o seu humanismo próprio, não tinha razões que o levassem a uma veneração exclusiva das civilizações grega e romana pelo simples fato de que na velha Europa renascentista, no momento em que o homem veio a ser considerado o mais adequado e o mais necessário objeto de estudo para o homem, essas civilizações eram as únicas bastante bem conhecidas. Mas no século dezenove e, mais ainda, no atual, todas ou quase todas as sociedades humanas se tornaram acessíveis ao conhecimento científico.

Por que, então, limitar o nosso interesse? E se, com efeito, pretendemos encarar o homem em sua totalidade, não há como ignorar o fato de que, durante 99/100 de sua existência e na maior parte da superfície habitada da terra, a humanidade não tem conhecido gêneros de vida, crenças e instituições que não sejam os estudados pelos antropólogos.

A última guerra acentuou mais ainda essa orientação. Súbitamente uma estratégia de âmbito mundial veio conferir presença e realidade às regiões mais longínquas do planeta, aquelas mesmas em que os últimos povos "selvagens" haviam encontrado refúgio: o extremo norte da América, a Nova-Guiné, o interior do sueste asiático e o arquipélago da Indonésia.

*) Reproduzido do *Courrier de l'Unesco*, ano XIV, n.º 11, novembro de 1961. Tradução de Ruth Corrêa Leite Cardoso.

Desde então, nomes outrora impregnados de mistério e de exotismo permaneceram nos mapas, mas para designar as escalas das linhas aéreas de longo curso. E concomitantemente com os progressos da aviação, que reduzia as distâncias e fazia o globo contrair-se, manifestavam-se em sua plenitude os da higiene. Tanto mais se tornava sensível o crescimento da população quanto mais o reduzia de alguma sorte, no plano psicológico e moral, a intensificação do intercâmbio e das comunicações.

Em uma terra mais diminuta, onde se agita uma população cada vez mais densa já não existe nenhuma fração desta humanidade, por longínqua e afastada que possa parecer, que não esteja, direta ou indiretamente, em contacto com tôdas as outras, e cujas emoções, ambições, pretensões e temores não digam respeito, quanto à segurança, à prosperidade e à própria existência, àquelas a que o progresso material havia parecido conferir uma intangível soberania.

Em um mundo limitado, a voga da antropologia — êste humanismo sem restrições e sem limites — aparece, pois, como consequência muito natural de um conjunto de circunstâncias objetivas. Mesmo que o quiséssemos, já não teríamos a liberdade de não nos interessarmos, digamos, pelos últimos caçadores de cabeças da Nova-Guiné, pela simples razão de êstes se interessarem por nós, e porque, como resultado imprevisto de nossos empreendimentos e de nossa conduta, nós e êles fazemos parte de um mesmo mundo, e, dentro em pouco, da mesma civilização.

Caminhos insidiosos levam, através de múltiplos meandros conhecidos e desconhecidos, as mais diversas formas de pensamento e os hábitos divergentes desde milênios a se interpenetrarem. Ao se espalharem por tôda a terra, as civilizações que — com ou sem razão — se julgavam superiores: a cristã, a islâmica e a budista, e, em outro plano, esta civilização mecânica que com elas se parece, se impregnam de gêneros de vida, de modos de pensar e agir, que são justamente o objeto de estudo da antropologia e que, sem que disso tenhamos clara consciência, as transformam interiormente. E' que os povos ditos "primitivos" ou "arcaicos" não desaparecem no nada. Antes se dissolvem, incorporando-se, de maneira mais ou menos rápida, à civilização que os cerca. E ao mesmo tempo esta adquire caráter mundial.

Longe, pois, de irem perdendo interêsse, os primitivos nos dizem respeito cada vez mais. Para nos limitarmos a um exemplo, esta grande civilização, de que o Ocidente se orgulha com tanta razão e que fecundou a terra habitada, renasce em tôda parte "crioula"; adquire, ao expandir-se, elementos morais e materiais que lhe eram estranhos, e com os quais deve, daí por diante, contar. A partir de então, os problemas antropológicos deixam de pertencer a uma especialidade, já não ficam reservados aos sábios e exploradores: da maneira mais direta e imediata passam a interessar a cada um de nós.

A que se refere o paradoxo? E' duplo. Em primeiro lugar — e na medida em que nossa ciência se liga fundamentalmente ao estudo das populações “primitivas” — podemos nos perguntar se, no momento em que a opinião pública lhe reconhece o valor, a antropologia não corre o perigo de tornar-se uma ciência sem objeto.

E' que essas transformações, que no plano teórico motivam o interesse crescente pelos “primitivos”, provocam praticamente a sua extinção. Certo, o fenômeno não é recente. Inaugurando a sua cadeira de antropologia social, em 1908, Frazer chamava para êle, em termos dramáticos, a atenção dos governos e dos estudiosos. E, contudo, há meio século o ritmo não se comparava com o que lhe seguiu e que se vem acelerando desde então.

Daremos alguns exemplos. Os indígenas australianos, que eram 250 mil no início da colonização, já não passam de uns 40 mil, e os relatórios oficiais os apresentam em parte recolhidos nas missões, e em parte vivendo na vizinhança das minas, reduzidos — em lugar de coletarem produtos selvagens — à pilhagem clandestina dos detritos à porta dos acampamentos, em parte, ainda, rechassados dos desertos inóspitos, seu antigo refúgio, para a instalação de bases para explosões atômicas e lançamento de foguetes.

Protegida por um ambiente natural excepcionalmente hostil, a Nova-Guiné aparece ainda, com seus milhões de indígenas, como o último santuário das instituições primitivas. Mas a civilização penetra tão rapidamente que os 600 mil habitantes das montanhas centrais, totalmente desconhecidos há vinte anos, já fornecem seu contingente de mão de obra para as estradas, em cuja construção os aviões lançam os marcos indicadores e os limites dos quilômetros por sobre florestas inexploradas, ou, ainda, trabalhadores recrutados na região e transportados por via aérea para as minas ou as plantações costeiras.

Ao mesmo tempo se propagam, com todo seu poder de destruição, as doenças importadas, contra as quais os indígenas não tem nenhuma imunidade: tuberculose, malária, tracoma, lepra, disenteria, gonorréia, sífilis, ou, ainda, esta seqüela misteriosa de uma civilização que a suscitou sem introduzi-la: o *kuru*, degenerescência genética de conseqüências mortais e tratamento ignorado.

No Brasil, 100 tribos se extinguíram entre 1900 e 1950. Os Kaingáng do Estado de São Paulo, que eram 1200 em 1912, não passavam de 200 em 1916 e hoje são 80. Os Munduruku, 20000 em 1875, 1200 em 1950. Dos Nambikwara — 10000 em 1900 — não encontrei mais que mil em 1940. Os Kayapó do rio Araguaia, 2500 em 1902, eram 10 em 1950. Os Timbira, 1000 em 1900, 40 em 1950...

Como se explica uma derrocada tão rápida? Principalmente pela importação de doenças ocidentais contra as quais o organismo indígena não

tem defesas. Contentar-me-ei com citar apenas o destino de uma população do nordeste brasileiro, os Urubus, que em 1950, bem poucos anos após a sua descoberta, contraíram sarampo. Dos 750 habitantes, morreram 160 no espaço de alguns dias, e uma testemunha ocular descreve assim a situação:

“Estava deserta a primeira aldeia que alcançamos. Todos os moradores tinham fugido, imaginando que a doença era um ser sobrenatural que atacara a aldeia e podia ser evitado se escapassem para longe. Fomos encontrá-los acampados na mata, fugindo da peste, mas já atacados por ela. Alguns índios, ao chegarem, ainda tiveram fôrças para armar abrigos de fôlhas de palmeira sôbre a rêde, mas a maioria, prostrada pela doença, estava ao relento, ardendo em febre, sob a chuva, atacados pelo sarampo e pelas complicações como o terçol, a forma pneumônica e intestinal, foram levados a tal grau de depauperamento orgânico que já não tinham fôrças para alcançar os extensos roçados que deixaram na aldeia, a fim de conseguir alimento, nem mesmo água podiam buscar. Já morriam de fome e de sede, tanto quanto da doença. Crianças enfêrmas rolavam pelo chão, tentando manter os fogos acesos, sob a chuva, para se aquecerem. Os pais, queimando em febre, nada podiam fazer; as mães, inconscientes, repeliam os filhos que procuravam amamentar-se”.

Em 1954, no Guaporé, fronteira do Brasil com a Bolívia, a instalação de uma missão leva 4 tribos diferentes a se agruparem. Houve lá, durante alguns meses, 400 pessoas que em breve foram tôdas exterminadas pelo sarampo... Ao mesmo tempo que as doenças infecciosas, as de carência também têm seu papel: distúrbios motores, lesões oculares, cáries; desconhecidas quando os indígenas viviam segundo o seu gênero de vida tradicional, e que aparecem desde que êles se localizam nas vilas, com uma alimentação que não é mais a da floresta.

Nesse momento, os tratamentos tradicionalmente eficientes, tais como o emplastro de carvão vegetal em ferimentos graves, tornam-se ineficientes. As doenças, mesmo as habituais, adquirem uma virulência tal que, nas verminoses por exemplo, os vermes saem pela bôca e pelo nariz das crianças.

Outras conseqüências são menos diretas. Assim, o desaparecimento de um gênero de vida ou de uma organização social. Os Kaingáng de São Paulo, já citados, seguiam regras sociais de um tipo bem conhecido dos etnólogos: a população de cada aldeia era dividida em dois grupos, definidos pela norma segundo a qual os homens de um grupo se casavam com mulheres da outra metade e vice-versa.

Desde que a população diminui, desde que a base demográfica desaparece, um sistema tão rígido não permite mais que cada homem encontre espôsa e, em conseqüência disso, grande número fica condenado ao celibato; a menos que se resignem a uma solução que lhes aparece como incesto — mas mesmo assim com a condição de que tais uniões sejam es-

téreis. Num caso como êste, tôda a população pode desaparecer no espaço de alguns anos ¹.

E então, como podemos nos espantar por ser cada vez mais difícil, não sòmente estudar as populações ditas "primitivas", mas mesmo oferecer uma definição satisfatória? Nestes últimos anos, as legislações protetoras, em vigor nos países em que o problema existe, foram obrigadas a revisar as noções até então admitidas.

Mas nem a língua, nem a cultura, nem a consciência de grupo podem ser mantidas: como indicam os inquéritos do Bureau International du Travail, a noção de *indígena* se desfaz e dá lugar à de *indigente* ².

Entretanto, esta não é senão uma das metades do quadro. Em outras regiões do mundo, populações cujo estudo cabia tradicionalmente à antropologia, se contam por dezenas ou centenas de milhares, e continuam a crescer: é assim na América Central e Andina, no sueste da Ásia e na África.

Mas, por estar aí ameaçada de outro modo, a posição da antropologia não é menos precária. Em lugar de ser quantitativo, o perigo é qualitativo, e isto de várias maneiras. Objetivamente, essas populações se transformam e suas civilizações se aproximam da do Ocidente, a qual a antropologia por longo tempo considerou fora da sua competência.

E sobretudo, de um ponto de vista subjetivo, trata-se de povos que manifestam uma intolerância crescente com relação às pesquisas etnográficas. Conhecem-se casos em que museus regionais chamados "de etnografia" foram rebatizados, não podendo mais ser tolerados senão como "Museus de Arte e Tradições Populares".

As universidades dos estados jovens que recentemente chegaram à independência recebem muito bem os economistas, os psicólogos, os sociólogos; não se pode dizer que os antropólogos sejam tratados de maneira igual. Tudo se passa, pois, como se a antropologia estivesse a ponto de sucumbir a uma conspiração, tramada quer por povos que se recusam a ela fisicamente, por desaparecerem da face da terra, quer por outros, bem vivos e em plena expansão demográfica, que lhe opõe uma recusa de ordem psicológica e moral.

A maneira de reduzir o primeiro perigo não acarreta nenhum problema. E' preciso acelerar as pesquisas, aproveitar os últimos anos que restam para recolher informações, tanto mais preciosas quanto as ciências sociais e humanas, ao contrário das naturais, não podem construir suas experiências.

1) Estas indicações sôbre o desaparecimento dos Índios do Brasil foram extraídas, em sua maioria, de um trabalho do eminente etnólogo brasileiro, o Dr. Darcy Ribeiro. "Convívio e Contaminação", *Sociologia*, vol. XVIII, n.º 1, São Paulo, 1956.

2) Bureau International du Travail, *Les populations aborigènes*, Genebra, 1953.

Cada tipo de sociedade, de crença ou de instituição, cada gênero de vida, constitui uma experiência tôda realizada e preparada por uma história milenar; e é, neste sentido, insubstituível. Quando o povo em que se pode segui-la tenha desaparecido, uma porta se fechará para sempre, interditando o acesso a conhecimentos impossíveis de adquirir por outros meios.

O segundo perigo é menos grave em termos absolutos, uma vez que se manifesta em civilizações sôbre as quais não pesa nenhuma ameaça física; mas êle é muito mais difícil de resolver de maneira imediata. Será suficiente, para dissipar a desconfiança dos povos antes reservados à observação dos antropólogos, admitir como princípio que de agora por diante nossas pesquisas não se farão em um sentido único?

E nossa ciência reencontraria ela então as suas bases, se etnólogos africanos ou melanésios viessem, em troca da liberdade que conservaríamos, fazer entre nós o que, ainda há pouco, sômente nós fazíamos entre êles?

Esta reciprocidade seria desejável, pois com ela lucraria primeiro a nossa ciência, que, pela multiplicação das perspectivas, estaria em condições de alcançar novos progressos. Mas é preciso não têmos ilusões: o problema não estará resolvido, porque a solução proposta não leva em conta as motivações profundas, subjacentes a essa recusa dos antigos povos colonizados à antropologia.

Temem êles que sob a cobertura de uma visão antropológica da história humana há uma tentativa de fazer passar por aceitável uma *diversidade* desejável, o que lhes parece uma insuportável *desigualdade*. Se nos permitirem uma expressão que, saída da pena de um antropólogo, exclui tôda acepção pejorativa, mesmo no plano da observação científica, os Ocidentais não conseguirão nunca — a não ser talvez como farça — desempenhar o papel de “selvagens” em relação àqueles que eram anteriormente dominados por êles.

Pois desde que lhes atribuíssemos êste papel, não teriam êles para nós outra realidade que a de *objetos* — quer de estudo científico, quer de dominação política e econômica, ao passo que nós, vistos por êles como responsáveis por seu destino, lhes apareceríamos sempre como *agentes*, com relação aos quais é muito mais difícil assumir uma atitude contemplativa.

E' um curioso paradoxo, sem dúvida, que tenha sido por causa desses povos que muitos antropólogos adotaram a tese do pluralismo (que afirma a diversidade das culturas humanas e contesta, conseqüentemente, que certas culturas possam ser classificadas como “superiores” e outras como “inferiores”).

Ora, êsses mesmos antropólogos, — e, através dêles, tôda a antropologia — são agora acusados de ter negado essa inferioridade apenas

com o fim de dissimulá-la, contribuindo, assim, mais ou menos diretamente para que ela fôsse mantida.

Se, pois, a antropologia deve sobreviver no mundo moderno, é preciso não dissimular que o preço será uma transformação muito mais profunda do que um simples alargamento de seus limites (até agora muito estreitos) — segundo a fórmula um pouco pueril pela qual nós cederíamos aos recém-admitidos os nossos brinquedos se eles continuarem a nos deixar brincar com os seus.

A antropologia deverá transformar-se na sua natureza mesma, e confessar que há, de fato, uma certa impossibilidade, de ordem tanto lógica quanto moral, de manter como *objetos científicos* (cuja identidade o cientista poderia mesmo desejar que fôsse resguardada) a sociedades que se afirmam como *sujeitos coletivos* e que, como tais, reivindicam o direito de se transformar.

Esta conversão de seu objeto de estudo implica também, para a antropologia, uma conversão de finalidades e métodos. Isto, felizmente, parece possível, desde que se reconheça como aspecto original de nossa disciplina nunca se ter ela definido em termos absolutos, mas antes como uma certa relação entre o observador e seu objeto, e o ter ela se transformado cada vez que essa relação evoluiu. Sem dúvida, o caráter específico da antropologia sempre tem sido estudar “de fora”, mas fê-lo somente porque era impossível estudar por dentro.

Dêste ponto de vista, a grande revolução do mundo moderno se traduz, no plano das ciências humanas, no fato de que civilizações inteiras, tomando consciência de si mesmas e adquirindo — através da alfabetização — os meios necessários, estão em vias de empreender, como a Europa do Renascimento, o estudo de seu passado, de suas tradições e de tudo o que disso sobrevive, de forma fecunda e insubstituível, no presente.

Se, portanto, a África — para citar apenas um exemplo — está a ponto de escapar à antropologia, ela não escapará com isso à ciência. Apenas, em lugar de a sua compreensão depender fundamentalmente de antropólogos — isto é, de cientistas “de fora”, trabalhando “de fora” — ela incumbirá disso, doravante, os seus próprios cientistas, ou forasteiros, mas operando com os mesmos métodos que seus colegas locais.

Não serão mais antropólogos, mas lingüistas, filólogos, historiadores de fatos e de idéias. A antropologia aceitará com satisfação esta passagem para métodos mais refinados e mais ricos que os seus, certa de ter cumprido sua missão mantendo, enquanto ela era a única a poder fazê-lo, tantas riquezas humanas na órbita do conhecimento científico.

Quanto a seu próprio futuro, é aquém e além das posições tradicionais que êle parece estar melhor garantido. Além, primeiro em sentido geográfico, pois é preciso avançar cada vez mais longe para atingir as últimas populações chamadas primitivas e cujo número é cada vez menor;

mas também em sentido lógico, pois somos levados ao essencial na medida em que, enriquecidos com um acervo considerável, os conhecemos cada vez melhor.

Finalmente, aquém e igualmente em duplo sentido: o desaparecimento da base material das últimas civilizações primitivas faz da experiência íntima um dos nossos últimos meios de investigação, na falta das armas, dos instrumentos, dos objetos desaparecidos; ao passo que a civilização ocidental, tornando-se cada dia mais complexa, e estendendo-se a toda a terra habitada, apresenta desde já em seu bôjo êsses desvios diferenciais que a antropologia tem por função estudar, mas que até agora não lhe era possível apreender senão comparando civilizações distintas e longínquas.

Aí está, sem dúvida, a função permanente da antropologia. Pois se existe, como ela sempre afirmou, um certo "optimum de diversidade" em que ela vê uma condição permanente do desenvolvimento da humanidade, podemos estar certos que dissemelhanças entre sociedades e grupos não desaparecerão jamais senão para se reconstituir em outros planos.

Quem sabe se os conflitos de gerações, a que tantos países assistem hoje em dia não são o preço que pagam pela homogenização crescente de sua cultura social e material?

Tais fenômenos nos parecem patológicos, mas o caráter específico da antropologia, desde que ela existe, sempre tem sido, através de sua interpretação, reintegrar na humanidade e na racionalidade condutas humanas que pareciam inadmissíveis e incompreensíveis aos homens.

Em todos os momentos a antropologia contribuiu para alargar a concepção dominante, e sempre demasiado estreita, do humano. Para prever seu desaparecimento seria preciso conceber um estado de civilização em que, em qualquer parte da terra, o gênero de vida, a educação, as profissões, as idades, crenças, simpatias e antipatias de todos os homens fôssem, até o mais profundo de sua consciência, perfeitamente transparentes aos outros homens.

Quer deploremos o fato, com êle nos alegremos — ou ainda, tranqüilamente o constatemos — o progresso mecânico e o desenvolvimento das comunicações não parecem conduzir-nos até lá. Ora, enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sôbre essas diferenças, que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia.